

ATA da Reunião do CONSELHO GESTOR com o COMITÊ DE ATENÇÃO PRIORITÁRIO AO PRIMEIRO GRAU

LOCAL	DATA	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
Plataforma de videoconferência ZOOM	25/03/2021	15h	19h50min

PAUTA

- 1) Comitê de Atenção Prioritária ao 1º grau;
- 2) Definição das datas das 3 reuniões ordinárias de 2021 do Comitê de Atenção Prioritária o 1º grau;
- 3) Orçamento Pleitos 2022.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Presidente declarou aberta a reunião com o Conselho Gestor com o Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau e aproveitou a oportunidade para realizarem um minuto de silêncio em homenagem às vítimas de COVID-19. A reunião iniciou com a reestruturação do tribunal, data das próximas reuniões e, por fim, a análise da proposta orçamentária para as Eleições Gerais de 2022 para que houvesse a resolução de pendências da reunião anterior e a pauta do dia.

PENDÊNCIAS DA REUNIÃO ANTERIOR

Na última reunião do comitê orçamentário para deliberar acerca do orçamento para o pleito de 2022, ainda restava uma diferença a maior no valor de R\$ 4.958.820,58 entre o limite orçamentário recebido e o solicitado pelas unidades. Posterior a isso, deveria ser deliberado acerca das datas das reuniões ordinárias com o Comitê de Atenção Prioritária ao 1º grau.

PAUTA

1. Comitê de Atenção Prioritário ao 1º grau

Presidente: iniciou a reunião e solicitou o apoio integral dos servidores do tribunal para que houvesse a discussão das coisas boas e informou que se encontra disponível e, quem tiver alguma ideia, se sentisse a vontade para levar até a presidência ou a corregedoria para, então, discutir a fim de trazer melhorias para o tribunal. Assim como foi feito na Corregedoria no que diz respeito a reforma, independentemente de se perder ou não um cargo ou salário, todos iriam ganhar por ser uma equipe trabalhando em função disso, sempre em busca do melhor. Mencionou, ainda, acerca do desalinhamento no tribunal e da quantidade desproporcional de servidores em alguns setores, pontuando acerca da necessidade e importância de haver um diálogo entre os setores e as secretarias para solucionar situações desse tipo, evitando que o tribunal “desça de cima para baixo”. Destaca, também, acerca de algumas mudanças que foram realizadas e que não há críticas tendo em vista que, como gestor, gostaria de “sentir” e “ver” cada uma das secretarias, no entanto, não é possível devido a pandemia. Ainda, informa que a presidência está aberta e que, se houve algum problema, é só entrar em contato com ele ou seus assessores que será discutido sobre esses assuntos visando sempre tratar do tribunal na sua verticalização. Por fim, afirma que as próximas reuniões terão como objetivos: 1) equilíbrio e adequação das atribuições, 2) melhora significativa da qualidade operacional; 3) otimização do uso de recursos; 4) ampliação e eficiência dos controles internos; 5) transparência e padronização de processos.

Em seguida, passou a palavra para a corregedora.

Corregedora: informou que gostaria de renovar os cumprimentos aos membros da corte, auxiliares, colaboradores etc. Pontua, em seguida, que todos possuem um único objetivo: uma prestação jurisdicional célere e efetiva. Afirma que deseja ter uma visão anual do que ocorre e que deseja que tudo o que vem sendo prestado a população maranhense, desde que sendo bom, continue.

Posterior a isso, o juiz eleitoral Rodrigo Terças pediu a oportunidade de fala para parabenizar o presidente pela iniciativa em relação a gestão participativa, incluindo os pleitos que foram atendidos, não só dele, mas de outros colegas que também são juízes, agradecendo também pela possibilidade de se levar os pleitos a corte. Ademais, também parabenizou a corregedora pela nova gestão. Quanto aos magistrados, o comitê de atenção prioritário ao 1º grau espera e tem esperança que os pleitos, na medida em que forem surgindo, ainda mais com esse novo contexto, incluindo pandemia e cortes orçamentários, juízes e servidores possam, por via transversa, solucionar.

Ainda do comitê de atenção prioritário do 1º grau, a Chefe de Cartório da 6ª ZE, Michelle, informou que estava satisfeita em participar do tribunal que faz a ponte entre a Administração e as unidades, sendo a segunda vez que participa e faz com muita graça. Além disso, em conversa com outros colegas, ressalta a necessidade de se manter a ponte de atendimento aos eleitores e partidos. Sendo assim, todos estão a postos para melhorar os serviços, cuidar e zelar pela saúde dos servidores e do público.

No mesmo sentido, o Chefe de Cartório da 37ª ZE, Eduardo Daniel, afirma que mesmo na sua primeira vez compondo o tribunal, percebeu que na gestão do presidente, ainda como corregedor, havia uma proximidade muito grande com as zonas, sendo até mesmo um paradoxo posto que, nas atuais circunstâncias, deveriam se manter afastados. Contudo, foi o ano que sentiu maior proximidade do tribunal e que, mesmo distantes, o que importante é estabelecer diálogos uma vez que as realidades das zonas são completamente diferentes uma das outras. Então, como representante das zonas, apenas queria reforçar que o diálogo com as zonas é importante para reforçar a excelência do serviço, ainda que com a pandemia, por meio de canais de

videoconferência, mantendo-se lado a lado e reforçando o caminho de manter a proximidade, criando mais canais etc.

Para encerrar, a representante das zonas no Conselho Gestor, a Chefe de Cartório DA 76ª ZE Vanessa, afirma estar grata pela oportunidade de participar do conselho e fica feliz em ver o interesse da presidência e da corregedoria em melhorar o órgão. O tribunal pode e será muito melhor o que ele já é, ainda que 2020 tenha sido um ano difícil e a eleição tenha sido difícilíssima, se obteve um êxito maravilhoso provando que o tribunal, apesar das adversidades, nunca parou de trabalhar.

2. Definição da data das 3 reuniões ordinárias de 2021 do Comitê de Atenção Prioritária de 1º grau

Foi proposto e todos concordaram, que as datas para as próximas reuniões sejam:

18/06 – 3ª sexta-feira do mês, às 8h;

17/09 – 3ª sexta-feira do mês, às 8h;

03/13 – 1ª sexta-feira do mês, às 8h.

3. Orçamento Pleitos 2022

DG: Temos em torno de 21 milhões (R\$ 21.277.968,00) para a próxima eleição, tínhamos um acréscimo de quase R\$ 10 milhões e em reuniões anteriores conseguimos diminuir. Contudo, ainda temos uma diferença de R\$ 5 milhões. Teremos que trabalhar em cima desse valor para nos adequarmos em cima do que temos para os valores disponíveis para a eleição. Após as últimas alterações, os nossos gerentes de setor nos solicitaram um valor de R\$ 26.236.788,58. Precisamos reajustar um valor de R\$ 4.958.820,58.

3.1. COLOG

DG: Dentro da COLOG, temos um acréscimo de R\$ 2.665.989,28. Pelo que já foi conversado, são processos críticos e difíceis de serem realizadas reduções. Aos gestores respectivos, seria possível?

Lucilene: Ainda devem ser apresentado algumas sugestões por parte do Luan, mas trouxemos para a discussão do comitê em virtude da presença dos representantes das zonas e que os processos da COLOG impactam diretamente nas eleições e, principalmente, nas zonas. Além de serem alvos de discussão por parte dos chefes e técnicos de urnas por serem processos críticos. Sendo assim, sugeri que fosse realizado um ranking de processos críticos por causa das eleições e que afetam diretamente a realização desta. Foi colocada uma redução de R\$ 4 milhões, sendo impossível de praticar, impossibilitando a eleição com a redução orçamentária. Não há mais detalhes, porque onde poderia ser mexido, seria nos técnicos de urnas que são alvos de reclamações dos chefes de cartório pelo quantitativo, do tempo que passam, que chegam etc.

Luan: Em relação ao processo dos auxiliares de apoio, é um processo complicado por ser um valor alto. Sendo assim, a primeira proposta seria a de contando com 640 auxiliares de apoio durante 45 dias foi utilizado nas Eleições de 2020. Tendo em vista o limite estabelecido pelo TSE, até concordamos que é um valor muito alto... Então, acordamos em alterar para 35 dias para o 1º turno e 28 dias para o 2º turno. Assim, o valor acabou reduzindo. Com esse

quantitativo, a quantidade de auxiliares diminuiria de 640 para 617 e dessa forma consegue se manter os auxiliares que trabalharam nas Eleições de 2020, só que diminui a reserva técnica (ela é importante porque se recebe pedidos fundamentados pelos chefes de cartório porque eles ajudam na época das eleições, já que o trabalho aumenta consideravelmente). E a segunda proposta, no limite, seria retirar a reserva técnica e trabalhar com o quantitativo de 592 auxiliares, não possibilitando que as zonas eleitorais solicitassem esse acréscimo.

Lucilene: Seria bom frisar que esse processo já sofreu alteração. A princípio, não seriam 35 dias, mas, sim, 45 dias.

Luan: Com essa redução de dias, nós conseguimos reduzir algo em torno de R\$ 1.164.000,00.

DG: A única forma de reduzir seria mexendo na reserva técnica?

Luan: Sim. O auxiliar chegaria na zona no dia 01/09 e seria tempo suficiente para a preparação e toda aquela logística. Mas, se tiver que reduzir, nós poderíamos reduzir para 30 dias da proposta inicial de R\$ 1.622.000,00 no 1º turno. Aí ficaria para o 1º turno um valor de R\$ 2.747.00,00 e para o 2º turno um valor de R\$ 2.564.000,00.

DG: Inviabilizaria o trabalho com a redução para 30 dias?

Lucilene: Os mais adequados para falarem sobre isso seriam os representantes das zonas, principalmente, porque serão os mais afetados.

Edson: O período de 30 dias seria o ideal. Contudo, é fundamental que os chefes de cartório se manifestem, porque além do auxílio as urnas, seriam responsáveis por dar apoio aos mesários.

DG: Vocês acham que o ideal são quantos? 45 ou 30 dias?

Luan: 35 dias. Seriam 31 dias antes da eleição, iniciando na primeira semana de setembro, mais ou menos.

DG: A proposta é ficar em 30 dias, caso seja feita a redução?

Lucilene: Já está reduzido de 45 para 35.

Edson: A redução que o Luan mencionou está relacionada a reserva porque é onde tem uma quantidade a mais, já que existem muitas zonas com situações excepcionais: poucos servidores, locais de pouco acesso... Então, eles solicitam esse acréscimo e, com essa redução sem a reserva de 5%, não poderá contemplá-los.

Lucilene: Lembrando que esse pedido é realizado para a Alta Administração e geralmente são deferidos e, posteriormente, encaminhados para que a gente

atenda. O limite na última eleição era 10%. O Luan fez a proposta de 5% e também tem a opção de zerar. Aí não poderíamos atender nenhum acréscimo de técnicos.

DG: O valor que está hoje já é reduzido com 5% de reserva e 35 dias de trabalho? E se reduzir para 30 dias, retiraria a reserva?

Luan: Na verdade, se retirar a reserva, ficaríamos com 592 auxiliares de apoio e o valor final seria R\$ 3.075.262,00 para o 1º turno e para o 2º turno o valor de R\$ 2.460.000,00

Regina: Se tirar a reserva e só 30 dias?

Lucilene: A previsão da audiência de carga e lacre seria no dia 19/9, começando por aí. Os técnicos chegam no dia 10/9, chegariam em cima dos testes etc.

6ª ZE Michelle: Peço a oportunidade de falar como chefe corroborando com o que Lucilene falou: temos um déficit. 35 dias é um tempo adequado porque os técnicos de urna, quando chegam, vão ser treinados por nós e leva uns 2 ou 3 dias, não podendo abrir mão desse tempo, porque deve ser feito a parte prática. 06/09 é o período que inicia o período de treinamento dos mesários e as urnas já chegaram nas zonas e temos uma série de procedimentos que devem ser feitos, dependendo, então, da presença deles. Mas, se for diminuída a presença, as atividades de manutenção, treinamento dos mesários etc., vai ser prejudicado porque as expectativas vão ser reduzidas, então o TRE tem que diminuir também. Vai haver um risco de teste para as zonas nos testes de urnas e o treinamento dessas pessoas chegando próxima da época de carga e lacre. Havendo essa opção, seria interessante saber se o risco será assumido e o que será feito para reduzi-lo. Mexer na receita técnica, talvez, deve ser o remédio a ser aplicado. Diminui de 35 para 30 as atividades de zona que serão impactados.

37ª ZE Eduardo: Reiterando o que a Michelle falou: olhar, principalmente, para as zonas mais deficientes de pessoas. Se reduzir na zona dela de 35 para 30, tudo bem. No entanto, há zonas que podem ser prejudicadas. Seria interessante realizar um mapeamento das zonas.

Lucilene: Existem local com três zonas, por exemplos, e talvez o prazo de teste não dê certo. Tudo bem que há um polo, no entanto, em locais que não tem, eles demoram mais tempo... Então, assim, é um risco. Vai ser tirado da gordura os 5%.

93ª ZE Liliane: Os 30 dias começariam quando?

6ª ZE Michelle: 30 dias antes.

93ª ZE Liliane: Eu conto a partir de 05/09 e até a data da eleição seriam 28 dias.

Edson: É porque eles ficam alguns dias após a eleição.

93ª ZE Lilianne: E o 2º turno seriam 28 dias também. Vocês já incluem esse valor aí com esses 28 dias? Aí somaria mais 5 dias para eles ficarem.

Luan: Após a eleição, ficariam 3 dias, em ambos os turnos.

93ª ZE Lilianne: Na prática, se deixasse 5 dias, na primeira semana: testar as urnas e fazer vistoria dos locais. Já na semana seguinte: treinamento de mesário. Aí na próxima semana: carga e lacre. Ficaria pendente o treinamento, então.

6ª ZE Michelle: O tempo não é tão simples. É somente treinamento de mesário... Os de Caxias tem muita zona rural. Vamos até o mesário treinar, não sendo justo ele efetuar gastos para ser treinado na área urbana. Então, no caso de Caxias, não leva uma semana e nós precisamos dos técnicos.

Lilianne: começando no limite, não tem data para treinar os técnicos. Sendo assim, difícil abrir mão dos 5 dias.

Edson: justamente. Nas minhas reuniões, a proposta era de 45 dias por causa das considerações feitas.

DG: todas as ponderações feitas aqui são pertinentes, Edson. Todavia, temos um vetor importante: não há orçamento. A nossa ideia é fornecer o maior conforto possível para as zonas realizarem a eleição com maior conforto, disponibilidade e segurança. Por isso que eu peço apoio, porque não sou eu que quero cortar, nem a presidência... Simplesmente não temos orçamento. Por isso eu faço questão de discutir o caso da COLOG porque é o nosso maior custo/orçamento e nós temos que ter a visão que só se tem disponível R\$ 21 milhões e está passando quase R\$ 5 milhões. Assim, teríamos que cortar todos os nossos contratos. Por não termos orçamento, devemos encaixar no valor que nos deram. Encaixar os 30 dias seria sacrificante, mas não inviabilizaria o trabalho... Reduzindo para 30 dias (na minha sugestão), focamos nos outros custos e, diminuindo um pouco mais, voltamos para a analisar. Além disso, não seria reduzir apenas para os 30 dias, mas os técnicos também. Qual a quantidade média de técnico por hoje? Sei que cada zona tem suas particularidades, mas vejo que em cada um tem em média 5 técnicos, levando em conta 50 mil eleitores.

Edson: Anteriormente, esse contrato era realizado pelo TSE a nível nacional e usava dois critérios: quantidade de seções eleitorais e municípios-termo. Atualmente, continuamos utilizando esses critérios. Assim, a quantidade é variável.

DG: com esse orçamento, qual a média de técnicos?

Edson: média de 5 ou 6 técnicos.

103ª ZE Dr. Eilson: eu me preocupo nessa eleição de 2022 porque desde agora há questionamentos. Inclusive, nem se sabe o formato que vai ser porque o Executivo pensa em mudar. Então, reduzir isso ao ponto de ser embate da eleição é um pouco perigoso.

DG: não deixa de ser um risco e eu repito: não temos orçamento. Além desse gasto, seriam cortadas outras coisas. Não se tem outra saída se não for a redução.

Lucilene: como o contrato é baseado em seções, ficou de se fazer um estudo do impacto de redução com agregação. Assim, seria impactado o número de uma série de processos e que podem vir em cascata diminuindo. Acho que o Wagner ficou de fazer um estudo se a agregação (não a super agregação, como na última eleição) seria útil, para que o número de seções fosse reduzido seria um efeito cascata já que impactaria no orçamento.

DG: Lucilene, se deve ter em mente uma saída: eu penso na agregação porque só o número de votos é maior nessa eleição.

Lucilene: essa foi a nossa visão do máximo que conseguiríamos cortar com a agregação. Seria um número de 400, 450...

DG: além dos cortes dos técnicos e dias, também fazer agregação.

Lucilene: para se chegar nesse número de 5 milhões, seria um efeito cascata.

ASESP Gilson: na última reunião quando Luann não pôde participar, acabamos construindo isso que Lucilene acabou de dizer. Eu penso que temos que primeiro cortar aquilo que não é possível. Eu quero concordar com o DG nos primeiros cortes. Contudo, ainda faltam R\$ 5 milhões e isso que Luan e a COLOG pontuou para reduzir para 30 dias, mas nossos colegas falaram ser inexecutável, seria reduzido o valor de R\$ 1,5 milhão. Mas não sei se inclui a reserva técnica. Quero pontuar antes de fazer um corte e quem está na ponta diz ser um problema para realizar o treinamento.

Wagner: Primeiro: a nossa estimativa de seções, não levamos em consideração as eleições de 2020. Precisamos fazer extinção de zonas, super agregações etc. E, se a pandemia passar, a biometria retorna e são 5 votos, seria inviável as super agregações, gerando um caos e impacto negativo para nossa imagem. Tivemos que fazer uma redução para funcionar em 2022 a mesma quantidade de seções de 2018. Além disso, deve elevar o número de eleitores porque após 4 anos o número do eleitorado aumenta. Todavia, estudos estão sendo realizados com base em 400, 425, 450 e 500 eleitores, sendo o esperado.

54ª ZE Francisca: não concordo com o número de técnico e a questão de agregações. Se diminui seções, mas não diminui locais porque se precisa de técnicos em locais porque é necessário o envio destes. Não adianta agregar seções, sem observar os locais. Ou vão ser observados? No meu caso, não adiantaria. Possuo locais distantes há mais de 100km. O mais viável seria a redução da reserva técnica, mas não no número.

DG: Se não entendermos que não temos dinheiro, não vai ser possível fazer reduções. R\$ 5 milhões é um valor significativo, vai ser impossível resolver. Se não avançarmos dos contratos da COLOG, não vamos resolver nada.

Edson: é uma situação complexa. Como sugestão, poderia ser trabalhado sem reserva, com 30 dias e por se tratar de uma ata, haveria uma redução de valor, pouco que seja, podemos reajustar nas licitações.

DG: pode ser, de acordo com a sugestão.

Gilson: seria retroceder os 5 dias? E diminuir na licitação, se lograr êxito? Seria bom, ainda que com 30 dias e sem reserva, se poderia manter os 35 dias.

DG: vamos pôr na tabela a sugestão do Edson

Edson: essa situação não é a ideal.

Lilianne: não vamos culpar, sabemos que todo ano tem corte.

DG: sabemos que os chefes são os que sentem na pele a eleição, por isso a nossa preocupação... É a única saída, no entanto.

Luan: 30 dias sem reserva técnica ficaria um valor de R\$ 2.635.939,20 no 1º turno e para o 2º turno R\$ 2.460.209,92 com 28 dias, sem reserva.

103ª ZE Dr. Eilson: se tem no 1º turno a preparação, deveria ser mais tempo para o 1º turno e menos para o 2º.

DG: Concordo com a sugestão.

Luan, Lucilene e Edson: Não é possível por se tratar de uma inviabilidade contratual. Haveria uma quebra de trabalho no contrato porque a empresa demitiria todos e deveria realizar a contratação novamente.

DG: Qual o valor final?

Regina: um déficit de R\$ 4.285.735,88. Mas existe outro processo da COLOG de logística referente às urnas.

Edson: os valores foram calculados levando em consideração o cenário atual, então foi reduzido ao máximo. Foi proposto um valor abaixo em relação as eleições, e na eleição de 2020 a empresa teve prejuízo e, com base nesse prejuízo, foi adequado um aumento de 30% de combustível e locação de veículos que impactam nesse valor e acreditamos ser o limite. Diminuindo mais, é perigoso.

Lucilene: um detalhe: com as novas urnas corre o risco de elas serem maiores e, conseqüentemente, correndo risco no transporte por mexer na cubagem dos veículos.

DG: Vamos passar para os outros cortes e depois retornamos. E a sugestão de passar menos dias para o segundo turno seria quebra... E a contratação fracionada?

Edson: o pessoal da SAF e setor de contratos afirmam que não tem outra alternativa.

Wagner: é o seguinte: contratar 6 pessoas para determinada zona, três inicialmente e três posteriormente com 20 dias de antecedência... Contratualmente não teria problema, não? Por ser registro de preço, mesmo contrato.

Edson: é complicado por não saber quanto a zona precisa antes, depois...

Gilson: acho que deveria ser escutado Sherlan e as pessoas de licitações e contratos.

Gilson: Antigamente, utilizávamos a logística própria e era metade ou menor em relação ao da planilha. Entretanto, é inviável a logística própria por não ser aprovado pelo TCU. Muitas zonas, antigamente, não utilizavam todo o dinheiro por negociar com a prefeitura

Edson: a logística própria passou a ser inviável porque com o passar das eleições passaram a ficar mais custosas, como na eleição de 2012 para a de 2016. Além disso, não há mais vedação do TCU.

ASESP Gilson: fica o pensamento de mesclagem de veículos pagos e de prefeituras.

Sherlan: deve estar previsto no edital de licitação os quantitativos dos turnos

Wagner: eram contratados de acordo com a necessidade, na época da biometria. Não vão ser técnicos diferentes, ainda que outro se apresente dias depois, o primeiro fica à disposição da zona. Ou seja: não vai ser um técnico para o 1º turno e outro para o 2º turno. Na época da biometria, nem todos eram contratados na mesma época. Na necessidade de se contratar outros, era feito no mesmo contrato de licitação. Sendo apenas uma sugestão, devendo ser observada a necessidade da zona. Não iria suprir?

DG: passamos para outro setor e depois voltamos.

Ao final da reunião, Luan informa que reajustou a quantidade de PATs para 45 e passariam a trabalhar com 557 auxiliares em ambos os turnos, diminuindo um valor consideravelmente – no 1º turno, seria um valor de R\$ 2.480.098,20, enquanto que no 2º turno seria de R\$ 2.314.758,32, totalizando uma redução de R\$ 2.139.325,90 em comparação a proposta inicial. Posterior a isso, Lucilene informa que com a diminuição dos PATs, também iria influenciar na questão dos carros por ser necessário um veículo especial nesse caso. Após isso, Regina informa que o gasto com os carros totaliza uma quantia de R\$ 1.967.000,00.

3.2. CRE

Danyelle: a desembargadora decidiu realizar as reuniões virtuais com juízes e chefes de cartórios. Assim, seriam reduzidos R\$ 279.541,00.

Wagner: e as reuniões de juntas com juiz eleitoral e os juízes de juntas?

Danyelle: seriam todas virtuais.

Regina: apoiado?

Danyelle: sobre as juntas seriam mantidas as 40.

Magno: sobre o fechamento de cadastro pedimos diárias para instalação de pontos de atendimento em 20 municípios em um período que antecede, considerando o ciclo de 2019/2020, tivemos um percentual de 40% do eleitorado que não foi atendido. Assim, seria a solução de instalar postos de atendimento nos municípios com maiores quantitativos de eleitores sem biometria em um período de Fevereiro a Abril de 2022.

Regina: Por que Fevereiro?

Magno: por ser o período que antecede o fechamento de cadastro.

Regina: mas possuem pessoas atrás desse atendimento?

Michelle: para aproveitar o pessoal que se tem. Caso se desloque antes, há um total da força de trabalho não deslocado.

Gilson: o fechamento de cadastro do último foi diferente por causa da pandemia. Você acha que após o fim da pandemia, voltaria a ser da mesma forma?

Magno: a ideia do TSE, seria manter o atendimento do Título Net como um pré-atendimento por ele não colher a biometria. Há projetos para importar a biometria de outros órgãos e depois só iria tirar foto e cadastrar biometria no cartório.

Michelle: as diárias são destinadas para quem?

Magno: inicialmente, são para os servidores do cartório. E, se necessitar, encaminharíamos servidores da secretaria pra auxiliar.

DG: seria possível fazer um corte na quantidade de diárias?

Magno: o valor de R\$ 617.442,00 seria para contratar terceirizados para o fechamento de cadastro nos maiores municípios. E R\$ 131.040,00 para diárias de servidores em 20 municípios.

54ª ZE Francisca: os próprios prefeitos têm interesse que vá o posto aos municípios: ceder os servidores, fazer o treinamento deles, inspeção de postos etc. Creio que diminuiria o gasto do TRE, já que eles possuem toda a estrutura.

DG: eu pedi pra reduzir o valor das diárias ou pessoal porque fizemos um sacrifício enorme nos contratos da COLOG, então, se puder diminuir valores seria interessante.

Magno: já foi diminuído desde a primeira reunião. Colocamos a média de municípios que foram atendidos em outras eleições. Esse outro projeto de terceirizados é para a mão-de-obra para auxiliar os maiores cartórios, por exemplo, São Luís. Até o mês de Abril, atender nesses municípios, todos os

eleitores do estado que estão sem biometria. É importante lembrar que estamos com o Título Net desde abril de 2018.

DG: a demanda é intensa durante todo o momento ou apenas no último período?

Michelle: os 2 meses se referem (Março até Maio) a contratação dos terceirizados?

Magno: sim.

Michelle: o fechamento cadastramento normal atrai menos eleitores do que um fechamento de eleição municipal. Então, o que foi ponderado sobre o termo de cooperação com as prefeituras, seria uma saída porque permite descentralizar o atendimento. Mas, reduzir a de terceirizados... Dos males, este poderia ser reduzido.

Magno: com relação aos terceirizados, na Grande Ilha eles são essenciais porque o fluxo de eleitores nas eleições gerais é do interior para a capital e vice-versa nas eleições municipais. Sendo assim, poderia reduzir essa contratação por 30 dias... (caiu para 308.711,00)

Regina: ainda está alto, não pode ser 20?

Lilianne: seria difícil, se tem déficit de mão-de-obra e já tentei requisitar servidores locais, mas não deu. E os da secretaria, só aparecem na última semana, último dia...

Gilson: esse problema poderia ser resolvido com servidores. Sempre tivemos esse problema para deslocar eles para fazerem esse trabalho. Além disso, quando tem hora extra, todo mundo quer... Os terceirizados sempre existiram?

Magno: Sempre. Temos contratado terceirizados para o fechamento e, anteriormente, Guilberth sempre conseguia os estagiários. As cidades são: São Luís, Imperatriz, São José de Ribamar, Timon, Caxias, Codó, Paço do Lumiar, Açailândia, Bacabal, Balsas, Santa Inês, Barra do Corda e Pinheiro.

DG: foi reduzido em 50% para 300, mas não sendo deselegante, eu só penso na forma que não inviabiliza o trabalho.

Magno: exato, se cortar mais...

DG: deixamos essa carta na manga com Magno e qualquer coisa cortamos.

Lucilene: achei prudente, Gilson. Quando não tem hora extra, não se tem ninguém para trabalhar. Assim, acho que isso poderia ser utilizado como pontuação para as pessoas quando quiserem não trabalhar ou viajar durante as eleições

Gilson: não há funcionários como se deseja. Sei que a SGP deseja fazer, mas nem sempre ocorre.

Michelle: outra sugestão: cidades dos interiores, por estarem mais próximas da prefeitura, tentar firmar termos de cooperação com estes ou uma oferta de menos dias e menos terceirizados para as zonas do interior e tentar salvar São Luís.

Magno: podemos cortar todos do interior?

Michelle: não, pois não falo por todos meus representados, mas me refiro aos dias planejados.

Francisca: sempre existiram os terceirizados nesses locais do interior?

Magno: na última não utilizamos, pois usamos o Título Net.

Wagner: com a pandemia, muitos custos vão diminuir.

Regina: talvez dê para diminuir a quantidade de postos com a ideia de Michelle. Diminuindo os postos já que estão com 30 dias.

Wagner: não contrata de imediato todos para São Luís.

Lucilene: melhor contratar para o interior do que aqui em São Luís em que você pode utilizar o critério de se utilizar do pessoal daqui.

SGP Guilberth: já é feito a política de incentivo à frente de trabalho. Assim como a adoção de estagiários obrigatórios... Entendo a preocupação de Magno, já que este é o responsável pelo fechamento e por isso ele quer se preservar com a quantidade mínima para o número que ele atende para garantir pelo menos as questões emergenciais.

SEORC Ingrid: esse recrutamento serve só para alguns, Guilberth.

Guilberth: são critérios decididos na hora.

Ingrid: se incluir todos, não poderia ter um incentivo maior?

Guilberth: não houve tempo hábil nos interiores, buscamos pessoas mais habilitados para fazer o atendimento remoto. Estamos aqui para fazer o recrutamento e temos ferramentas... Podemos colocar como critério para qualquer outro recrutamento, mas foi um momento atípico.

DG: prosseguimos e depois voltamos.

3.3. NEAD

Rogério, no momento inicial, não estava presente na reunião. Seu substituto legal, Braga, estava com problema no áudio. Na ausência destes, o responsável é Guilberth.

Regina: essa diária é para o chefe de cartório se deslocar para o termo.

Guilberth: trabalhamos na força de trabalho, não na gestão deste porque é um processo que detém de autonomia, não no custo de material etc. Mas, eles

informaram pra manter os gastos que já foram feitos, não realizando mais cortes do que os que já foram feitos.

Regina: esse valor de R\$ 311.808,00 são as diárias para os cartórios realizarem o treinamento de mesários no termo. Em relação a 2020, aumentou um pouco.

Guilberth: não se sabe qual base de cálculo foi utilizada nesse valor de R\$ 300 mil.

COEDE Fabiana: manter a execução da última eleição – como há diárias em outras unidades e eles podem ser remanejados, seria uma forma mais fácil de conseguir lançar mão disso e se houver necessidade, se faz uma complementação.

Guilberth: realmente R\$ 300 mil está muito alto.

Lilianne: geralmente para o interior só vai o técnico de urna e o chefe de cartório, mas na planilha fala em 4 servidores. Em caso de zonas que só tem duas pessoas, não pode ir todo mundo.

DG: Liga para ele e tenta colocar no viva-voz.

Guilberth: a memória de cálculo que ele me enviou foi a mesma, não tem diferença. Qual a proposta, então? Baixar para os R\$ 200 mil? É uma decisão da administração.

DG: não sou eu que decido só, é importante escutar eles do setor.

Francisca: acho que deveria ficar no valor da eleição passada.

DG: se não tiver pandemia, juntam-se todos e realiza o treinamento para mais pessoas.

DG: Regina, reduz para o mesmo valor de 2020.

Regina: a diária de primeiro turno? Pronto.

DG: quanto aos manuais, o valor triplicou.

Regina: isso é licitação e o manual é obrigatório pelo menos 1 em cada seção eleitoral.

Francisca: quanto ao manual, queria dizer que ele nunca chega a tempo no dia do treinamento de mesários. Nisso, os mesários poderiam baixar no site do mesário e seria uma saída para não imprimir.

Regina: Desculpa, Francisca, mas é a resolução.

DG: reduz para o mesmo valor de 2018. É uma decisão complicada, mas temos que fazer pela lógica

Fabiana: Concordo com a decisão, Luann.

DG: Obrigada, Fabiana.

Regina: Não sei responder quanto custou o manual na eleição passada.

Guilberth: Só para confirmar: se manteve o mesmo valor de execução das diárias? R\$ 200 mil?

DG: Isso.

Michelle: uma solução que nas zonas encontramos para o atraso na entrega dos manuais, foi imprimir parcialmente nas zonas.

Flávio: Os manuais em 2020 custaram R\$ 12.077,10.

Regina: Mas não justifica os R\$ 48 mil.

Flávio: Só lembrando que a queda deve ocorrer normalmente levando em consideração a eleição. Mas na hora que se faz os projetos básicos e se leva para as empresas, é sempre maior do que na hora da licitação que diminui.

DG: pode ou não diminuir?

Flávio: por não ver a memória de cálculo, eu não posso afirmar se pode diminuir a quantidade de manuais, se o valor deve ser pensado... Mas a quantidade, não sei se foi 1 por mesário ou 1 por seção.

Regina: 1 por mesário, pelo menos é o que consta na memória de cálculo.

Michelle: é uma questão de risco e de garantia de continuidade do serviço. Todos aqueles que estão treinando, poderiam receber a versão impressa pelos cartórios.

DG: seria possível reduzir pra R\$ 30 mil?

Lilianne: deixa o valor o suficiente para o mínimo de manual por seção, 1 por seção.

DG: vamos colocar R\$ 20 mil.

Michelle: em 2020 imprimimos o guia rápido por problemas com TSE.

Regina: e 50%?

DG: sim

Michelle: poderia ser um manual por seção e os cartórios imprimem um guia rápido

Lilianne: concordo

DG: então coloca 20k

NEAD Rogério: se tiver como manter o número de guias rápidos, deixar apenas 1 manual por seção (já que não é utilizado durante a eleição e o guia pode dirimir dúvidas) e pode ser suficiente.

3.4. SEGET

DG: SEGET

Willian: Transporte já diminuiu R\$ 1.000.040,00 e já foi bastante.

Marlene: gostaria de informar que cortamos e tiramos os veículos leves, então serve de aviso para os chefes de cartório.

Regina: eles recebiam um veículo de passeio e um de tração, certo?

Marlene: Isso. Agora só tração.

Michelle: mantida a quantidade de dias que o veículo fica ou o veículo apenas?

Marlene: Para o 1º turno são 10 diárias e para o 2º turno são 5 diárias. Colocamos 15 diárias para cada, inicialmente, mas não foi possível.

Michelle: além disso, não podemos contar que as prefeituras vão nos ceder veículos. Não estou colocando óbice, mas em cada eleição que se passa, as prefeituras tem diminuído nos veículos cedidos e, com isso, menos disponibilidade de combustível.

Ainda há um déficit de R\$ 3.697.483,88.

3.5. COSIS

DG: COSIS.

Wagner: Foi levado em considerado 2020, esqueceu-se 2018, ou seja, que funcione a mesma quantidade de seções de 2018. Levando em consideração o aumento do eleitorado, deve haver um número maior de eleitores por seções. Foi levado em consideração para o cálculo de alimentação o gasto de 2020 e as seções de 2018. Para diminuir esse valor, envolveria um dos nossos colaboradores mais importantes: o mesário. Então, deveria diminuir os R\$ 40 reais pagos individualmente, correndo o risco de ficar mal visto. E a outra sugestão seria realizar as super agregações, que não acho muito viável também que

pode desagradar o eleitor que passaria mais tempo na fila.

Flavio: há uma discussão do TSE para diminuir para 3.

Wagner: o Código Eleitoral fala em 6, mas a resolução permite que não convoque o 2º secretário e o suplente, então estamos no limite mínimo permitido que são 4. Todavia, por não haver embasamento legal, não podemos. Fizemos um cálculo que a cada mil seções reduzidas, diminuiria R\$ 160 mil. E como já foi dito, já houve um corte nas primeiras reuniões.

Wagner: não sei como ficou o processo de fechamento de cadastro, porque por ser uma ação em conjunto com a CRE e as zonas, não tenho como confirmar. Mas, se houve a diminuição, o valor atualizado é R\$ 131 mil. Já os R\$ 250 mil, está incluso as diárias para fechamento de cadastro e instalação do posto, diárias do processo de geração de mídias e carga, mas tá sendo mantido 20. Já quanto as juntas especiais, consideramos 31 juntas, contudo, havíamos combinado que iríamos manter a mesma quantidade da eleição passada. Posterior a isso, alguns testes que eventualmente o TSE faz, os testes de votação simulada e o ciclo de palestras pode ser retirado. Já os R\$ 102 mil são de suporte aos processos de carga e lacre e as juntas especiais. Os R\$ 21 mil são utilizados na renovação no parque dos drives de flash card nas audiências de geração de mídia.

Gualter: Tínhamos um projeto para realizar ações para realizar audiências no ano eleitoral para divulgar questões de segurança das urnas. Acabei de receber um SEI n.º 155913 que informa o que foi definido pelo CNJ nas questões de metas para os tribunais eleitorais e são exatamente ações de campanha voltadas para o eleitor acerca das funções eleitorais.

Danyelle: A desembargadora quer as 40 juntas mesmo, não 31 juntas e os juízes auxiliares.

Wagner: então depois atualizo minha planilha, Regina.

Danyelle: não tem previsão de juiz auxiliar para juntas. Se colocar, aumenta muito. Já que a entrega da junta é maior, optaram por isso.

Wagner: esse cálculo inclui apenas as partes administrativas, sem diárias de magistrado. Pode se colocar como critério das juntas, que o município consiga um carro para o magistrado e servidor.

3.6. SESEI

SESEI Alysson: houveram solicitações de reforço de vigilância privada, onde foram contempladas por alguns juízes, totalizando esse valor em um período de 2 meses. Foi feita com base nas solicitações durante o pleito, ficando a critério da administração.

DG: É necessário manter? Não dá para cortar nada?

Alysson: houve essas solicitações nas eleições passadas. Salvo engano, 2018 foi solicitado, mas não foi aprovado. É importante lembrar que com os cortes de orçamento, alguns postos deixaram de existir.

Michelle: Essa locação é para período pré-eleitoral ou noturno já que os postos não são mais 24h?

Alysson: essa ata reajustada refere-se a 2 meses a todos os lotes. Quanto a estar armado, 24 horas ou noturno são valores diferentes. Não são postos armados e nem 24h, são apenas diaristas.

Debora: é feito por lotes onde as licitantes se disponibilizam e a intenção é atender aqueles cartórios que solicitam e tendem a ter mais problemas.

Michelle: houve uma mudança ano passado já que não se tinha posto 24h, não era armado e ficamos com receio porque as urnas ficariam desprotegidas durante a noite. Foi colocado um valor de vigilância.

Debora: É difícil afirmar se deve ou não cortar porque se trabalha em uma gestão onde as eleições vão ser feitas por outra. Seria bom a CRE ter noção disso e na hora que surgir aquela demanda, não tenha surpresa.

Gualter: na eleição de 2020 não se imaginava colocar 620 pessoas em uma seção eleitoral, nunca ocorreu isso. Todavia, foi necessário porque não haviam urnas. O problema agora é não ter dinheiro, porque urna vai ter e são novas. Uma redução drástica do número de seções e super agregações, não pode ser uma coisa a ser descartada. Ainda que haja repercussões negativas...

Wagner: não falei em descartar. Mas, se levar em consideração a diminuição de mil seções eleitorais, a redução vai ser mínima.

DG: o contrato de R\$ 115 mil é de 2 meses?

Alysson: sim.

DG: Então, se reduzir para 1 mês... Qual o período que a vigilância tem sido adotada nas eleições passadas?

Alysson: os pedidos não seguem essa sequência. Já houve casos de até dois dias antes.

DG: ele abrange todas as zonas ou só as maiores?

Alysson: elas abrangem todas as localidades.

DG: qual a efetividade dessa vigilância?

Alysson: Patrimonial

Lucilene: acho que o ideal é quando as urnas chegam.

DG: creio que um mês seria suficiente. Entendeu?

Alysson: perfeito.

3.7. COPES

DG: COPES.

Willdickson: em relação aos oficiais, em razão da redução das seções eleitorais, ficou esse valor quanto as convocações de mesários. Assim, consideramos para cada sessão 4 mesários, sem levar em consideração a substituição e não consideramos as convocações dos supervisores de prédio certo que ficou o valor de R\$ 633.200,00.

DG: não tem como reduzir nada?

Michelle: a situação é calamitosa. Um dos custos de convocação de mesários é que, conforme seja a zona rural, tem um acréscimo pelo próprio deslocamento e que isso foi um pleito dos chefes de cartório. Poderia ser mexido no adicional que se dá por km, reduzir um pouco. E infelizmente não se pode abrir mão do oficial de justiça e dos mesários porque não se pode contar com os Correios posto que há problemas de cumprimento de diligências. Há julgados que se a entrega da convocação não é pessoal, a eventual ausência do mesário não deverá ser punida. Talvez a redução no adicional por km seja uma solução ou talvez a regulamentação por WhatsApp.

Francisca: por WhatsApp acho que não funciona, porque eles olham as mensagens e não respondem.

Willdickson: nas Eleições de 2018 foram levados em consideração valores diferentes quanto ao adicional de km (7 a 14 reais), tem critérios estabelecidos na portaria. Não é valor fixo. Para chegar no valor de 600 e poucos mil, foi considerado um valor em média de 10 reais. Quanto as mensagens eletrônicas, na eleição passada, o tribunal chegou próximo de aprovar isso por meio de resolução. Mas a Administração entendeu que não seria viável. Já em 2021, já havia essa conversa novamente. Não exigir que seja feita dessa forma, mas colocar mais como uma opção e regulamentar isso.

Wagner: colocar não como opção, mas como meta de cada zona ou pelo menos nas maiores.

Michelle: sabendo que os desafios de prover para as zonas os meios de contato, desde que não seja o contato pessoal dos chefes de cartório e quando o mesário é efetivamente intimado. Agora temos a LGPD que é um normativo novo e pode vir a alterar a nossa relação com esses cadastros. Já que os Correios se tornam um meio ineficiente.

Gualter: o TSE está implementando várias funcionalidades. Por exemplo, agora vamos ter um simulado de autenticação pela facial ou digital. Poderia pensar sobre essa convocação pelo E-título e utilizar essa ferramenta como meio oficial em locais onde a inclusão de internet seja mais abrangente, já que ele já é considerado um meio oficial de contato com o eleitor.

Michelle: deve se buscar meios para isso. Não se sabe quanto vai ser diminuído, eu digo com tranquilidade de quem prefere a convocação por meio de oficiais de justiça.

Gualter: poderia sentar e amadurecer essa ideia. Se valer a pena, colocar como sugestão no próximo COPTREL Nordeste: que o e-Título seja utilizado como

forma de convocação de mesário.

DG: deveria ser pensado nisso. Pela questão de custo, tempo... É muito difícil uma pessoa não ter acesso à internet e WhatsApp hoje em dia

Gualter: O e-Título é documento oficial.

DG: Por enquanto, então, não se mexe no contrato dos oficiais, não é?

Willdickson: uma outra possibilidade seria a utilização do sistema do TRE-TO que seria viável, como informado, a convocação via email. Contudo, esbarra na questão se tem o cadastro atualizado e se tem os eleitores na zona rural etc.

Michelle: no cadastro não tem espaço pra colocar o email do mesário. Só se tiver mesário voluntário ou uma planilha com isso, mas o ELO não possui. Quanto ao WhatsApp, conseguimos a adesão de alguns mesários voluntários, mas quando se vai para a zona rural, pode não ser tão efetivo.

Will: a convocação por oficial seria subsidiária, na hipótese de impossibilidade das primeiras opções eletrônicas email etc., certo?

Michelle: então, não usaria subsidiariamente, ele seria principal ainda. Creio que não há contexto que o oficial seja subsidiário a isso

DG: foi quanto a convocação, isso?

Will: sim

DG: forma mista, não é?

Will e Michelle: isso.

DG: qual o prazo para fechar o orçamento?

Leana: 15/4.

DG: estou vendo que a reunião, dependendo dos senhores, vamos precisar ir mais longe. Se decidirmos terminar hoje, vamos estender mais. Há duas opções e concordo com ambas: ou continuamos a reunião ou marcamos ela para outro dia.

Gilson: acho que não é momento ainda para se parar de discutir, porque ainda há muito dinheiro a ser discutido e gostaria de fazer uma proposição... Qual o valor global do oficial de justiça?

Regina: R\$ 753.200,00.

Gilson: ainda falta muito dinheiro, mas vejo que se não voltarmos para a COLOG, não vamos continuar a diminuir o problema. Voltando para lá, quando foi dito que os técnicos não precisariam todos chegarem a 35 dias antes do pleito. Foi dito o que ocorre antes do pleito. O que o Wagner disse não tem opção: se for contratado todos os técnicos necessários para ambos os turnos... 30 dias antes vão chegar na zona de Michelle, por exemplo, 17 técnicos que ela tem

direito. Todavia, chegam 8 técnicos que vão ser necessários para fazer determinada atividade. Porém, uma semana depois, dos 17 precisarei de mais. Verificando se diminui essa quantidade de diárias. Com uma boa quantidade de técnicos, pode se fazer. A realidade das zonas não são iguais. Por isso, esse estudo de cada zona vai demandar tempo.

Egídio disse que os valores da COINF podem retornar para 2020, ainda que haja uma redução de suporte.

DG: A proposta é suspender a reunião, fazer o estudo dos custos porque esses valores implicam em vários outros gastos.

Gilson: Interromper reunião agora sem definir o que vai ser feito para voltar na segunda não é interessante. Deve ser visto a diminuição das sessões do Wagner, da chegada escalonada dos terceirizados...

Michelle: quantos técnicos foram utilizados na sua sessão?

Michelle: tive 3 técnicos

DG: como se faz eleição faltando 3 milhões?

Michelle: Fazer um estudo desse modelo de chegada dos profissionais de apoio e a questão das seções que impactaria diretamente no valor dos oficiais de justiça e na alimentação dos mesários. Ao meu ver, os maiores valores estão nesses contratos.

Gilson: e as realidades diferentes não podem influenciar na quantidade de técnicos?

Michelle: quatro representantes para responder por 111 seria complicado. Para conversar com eles, seria ideal apresentar 2 ou até 3 modelos para que eles digam algo. Ver o que mais pode se cortar e determinar um estudo porque isso reflete nos processos de maior valor.

Debora Veras: embora todos tenham falado do valor de alimentação dos mesários relativo a 40 reais, seria bom fazer uma ponderação: esse valor foi aumentado em 2020 em razão de uma solicitação dos regionais ao TSE durante a pandemia como forma de estimular os mesários a comparecerem porque havia uma grande abstenção deles. Até então, quem estabelece esse limite é uma portaria emitida pelo TSE e ela previa antes que o pagamento seria entre 30 a 35 reais ficando a cargo de cada regional de acordo com seu orçamento e a portaria em 2020 foi alterada para 35 a 40 reais, poucos aderiram ao valor de 40 como nós. Mas, pensando em cortes, eu acho que é um outro lado que pode ser colocado também. Não há uma obrigatoriedade em se pagar os 40 reais, o TSE permite essa maleabilidade.

Debora: deve haver uma questão de conscientização, de mídia etc. Não estou levantando essa bandeira, só trazendo a título de informação.

Michelle: a questão é que nós vamos avisar que houve uma diminuição no dinheiro no momento em que tudo aumentou consideravelmente. Mesmo q não seja voluntário, eles aderem à nossa causa.

Wagner: o que vocês, como chefes, acham melhor: diminuir o dinheiro ou os técnicos?

Michelle: depende.

Lucilene: até aqui na capital que tem maior número de técnicos, não chega ao maior número. Só quando o juiz precisa é aumentado, que seria no caso a gordura/reserva técnica.

Francisca: quanto aos técnicos, poderiam ser feitos critérios. Por exemplo: coloco um para tomar conta de uma área que tem vários próximos e a gente deveria fazer um estudo de quantos locais um técnico poderia tomar conta

Lucilene: consultando os chefes, corre o risco de aumentar o número

DG: Se a saída é reduzir o valor de 40 para 35, vamos fazer... não há outra saída

Will: como ficaram os oficiais? Tentar baixar esses valores?

Gilson: sua próxima tarefa, Will.

DG: uma normatização para regulamentar a convocação mista? Preferencialmente por WhatsApp? Ou as que não tem viabilidade de internet por meio de oficial? Devemos pensar na possibilidade de reduzir os gastos desses... Vamos fazer uma minuta.

Will: há uma minuta que tramitou na corregedoria, vou ver com Magno e Rogério. O tribunal precisa aprovar por meio de resolução?

DG: vamos trabalhar isso. Outros TREs fizeram essa convocação eletrônica, se não me engano

3.8. SEPEX

Regina: houve um aumento de 80% em relação ao ano anterior.

COGIN Jaqueline: Então, esse valor é o adicional de serviço de comunicação para cumprir a demanda de aumento de envio de correspondência.

Gilson: aparentemente, como houve um aumento significativo, deveria informar a possibilidade de que não poderá haver esse acréscimo se na eleição passada foi possível trabalhar com 80% menos, porque não agora também? Então, na próxima reunião, vamos precisar de fundamentos para esse aumento.

Jaqueline: pode ser.

3.9. SEADB

Egídio: as diárias que precisaríamos para o dia da eleição, cortamos 50%. O adicional de suporte já cortamos de 80% para 70% e 50% sobre os PATs, fizemos o cálculo de 80 PATs para ambos os turnos e não dá para cortar para 40 porque tem lugares que vai se prejudicar muito. A redução do número de PAT vai ser

significativa, podendo ser até 50. Trabalhamos na anterior sem contingência. Sendo assim, vamos fechar em 50 PATs sendo 5 de contingência.

3.10. SEGEP

DG: SEGEP.

Regina: houve um aumento pequeno, mas realizaram cortes significativos na última reunião.

3.11. SESEG

DG: SESEG.

Regina: a SESEG está utilizando todo o valor previsto, ou seja, 7% a menos do que foi utilizado em 2018.

Débora: o adicional de energia q não se tem como ter certeza é um valor alto. Onde não dá para diminuir a locação de máquinas porque é o gerador... Aí é uma questão de deliberação do DG. É uma questão de risco... Foi colocado que as últimas 4 eleições foram atendidas para os lugares que os juízes julgaram como necessários e na hora não foi utilizado.

Mateus Alencar: lembrando que na última reunião foi feito uma redução na locação de máquinas para se adequar e ficar no limite deliberado pela diretoria.

Lucilene: entendemos. Mas vai ser preciso diminuir em tudo, até na COLOG que impacta mais nas eleições. Todos já cortaram, mas é preciso cortar mais. Ao invés de 4, porque não 3? Não 2?

Mateus: a nossa despesa foi menor que 2018.

Wagner: o custo de energia é acréscimo gerado pelo pleito?

Mateus: eleição de 2020 gastamos bem menos.

Wagner: diminuir o valor, mas na hipótese de passar, não teria como cobrir com o orçamento ordinário?

Debora: o orçamento ordinário serve para isso. Efetuamos o pagamento e a estimativa aqui é como se não houvesse a pandemia.

Wagner: entendo, se não houvesse a possibilidade...

Debora: ele, de fato, vai se somar a esses 290.

Wagner: passou. Mas fora o ordinário, não poderia ser coberto com remanejamento?

Debora: sim.

Paulo: por causa da alteração da tarifa, houve um aumento. Pode ser tirado, mas tem o caso de gerador. Se são solicitados pelos juízes e não são utilizados, a princípio, poderia ser tirado R\$ 42 mil de gerador e R\$ 60mil de energia. Sendo que o mais fácil de tirar é a locação de geradores, dando no máximo para 4 diárias.

Gilson: eu sugiro que corte 50% da locação de máquina dos geradores e deixa a energia que já gastamos em 2018, agora que está mais cara podemos gastar isso ou bem mais.

Paulo: se quiser o valor de água, no limite, poderia ser razoável. O restante não se mexe por ser hora extra de contratos terceirizados.

3.12. COEDE

DG: COEDE.

Regina: Está no limite, propondo 7% menos do que foi utilizado em 2018.

DG: E aí, Guilberth?

Guilberth: a execução em 7% menos, certo? A mesma coisa. Os estagiários estão servindo as unidades aqui e salvaram os projetos da judiciária e na SECEP. Os valores usamos nessa proposta mesmo. Eles fazem um trabalho bastante motivado, no caso de mão de obra defasada. Minha sugestão é de manter, já que substituímos até mesmo o trabalho de um servidor.

3.13. SAF

DG: SAF.

Mateus Alencar: manutenção dos valores de 2020 e não 2018. Então, por determinação inicial coloquei R\$ 453 mil. Lembrando: são 99 zonas eleitorais para atender colaboradores eventuais e treinamento de mesários.

Ingrid: a questão de mesário é sensível. Sabemos a realidade dos mesários, as vezes eles não tomam café e as vezes eles chegam na expectativa desse lanche. Quanto ao valor da alimentação no dia da eleição e o lanche deles no treinamento poderia ser prejudicial para a imagem do tribunal.

Gilson: concordo com Ingrid, eu passaria.

DG: Vamos passar.

3.14. ASCOM

Danielle: se tirar algo, vamos tirar as camisas institucionais.

Regina: tem o material de cartaz que é obrigatório e não teria como reduzir isso, além de ter reduzido bastante o valor dela.

Gilson: muito pequeno para cortar isso.

DG: acho que está bem ajustado. Pode passar.

3.15. SEGAL

Regina: enxugou bastante e utilizando bem menos que 2018, pode passar.

3.16. Ouvidoria

Regina: liberou R\$ 35 mil.

3.17. SESUM

Regina: está tudo ok com o valor.

3.18. SERED

Regina: liberaram tudo.

3.19. ASCER

Regina: também liberou bastante e utilizando bem menos que 2018, pode passar.

3.20. SECAP

Regina: liberaram 58% e enxugou bastante, além de estarem utilizando bem menos que 2018.

Deliberações – Pendências:

- 1) Chegada escalonada dos técnicos;
- 2) Observância da realidade de cada zona;
- 3) Diminuição na alimentação dos mesários;
- 4) Análise do impacto na diminuição do número de sessões;
- 5) Redução no número de PATs e o mapeamento da distância em que se encontram para a sede da zona;
- 6) A possibilidade de substituição de PATs por técnicos;
- 7) Rever a situação dos oficiais de justiça;
- 8) Rever a questão da contratação de terceirizados.

PARTICIPANTES

NOME	CARGO	MEMBRO
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos	Presidente	Conselho Gestor
Desa. Angela Maria Moraes Salazar	Corregedora	Conselho Gestor
Dra. Danyelle Bitencourt Athayde Ribeiro	Assessora Chefe da Corregedoria	Conselho Gestor
Débora Márcia Soares Vêras	Secretária de Administração e Finanças	Conselho Gestor
Carlos Eduardo Dias Almeida	Secretário Judiciário	Conselho Gestor
Guilberth Marinho Garcês	Secretário de Gestão de Pessoas	Conselho Gestor
Allana Machado Prazeres Costas	Servidora da secretaria indicada pelo Sintrajufe-MA	Conselho Gestor
Vanessa Andrade Neiva Eulálio, 76ª ZE	Servidora indicada pelo Sintrajufe-MA, Chefe de Cartório da 76ª ZE, São Luís	Conselho Gestor
Dr. Eilson Santos da Silva	Juiz da 103ª ZE, Montes Altos, representante da AMMA - Associação dos Magistrados do Maranhão	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Dr. Rodrigo Otávio Terças Santos, 52ª ZE	Juiz da 52ª ZE, Alcântara	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Dr. Antônio Elias de Queiroga Filho, 23ª ZE	Juiz da 23ª ZE,	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau

Michelle Pimentel Duarte, 6ª ZE	Chefe de Cartório da 6ª ZE, Caxias	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Eduardo Daniel Pereira Neto, 37ª ZE	Chefe de Cartório da 37ª ZE, Pinheiro	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Lilianne Lopes Melo, 93ª ZE	Chefe de Cartório da 93ª ZE, Paço do Lumiar	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Luís Otácio Pereira, 69ª ZE	Chefe de Cartório da 69ª ZE, Santo Antônio dos Lopes	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Francisca de Oliveira Garcia, 54ª ZE	Chefe de Cartório da 54ª ZE, Presidente Dutra	Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Alessiane Guimarães Reis	Coordenadora de Registros Partidários, Autuação e Distribuição – CODIS	-
Danielle de Oliveira Cavaignac	Assessora de Imprensa e Comunicação Social - ASCOM	-
Gilson Rodrigues Borges	Assessor-chefe especial – ASEP	-
Karla Abdala Faria Félix	Coordenadora de Planejamento Estratégia e Gestão - COPEG	-
Luan Rafael dos Santos Ferreira	Coordenador de Logística – COLOG	-
Lucilene Cardoso Gonçalves	Chefe da Seção de Administração e Manutenção de Urnas Eletrônicas – SEMUE	-
Edson Luis Santana de Macedo	Chefe da Seção de Mídias e Suprimento – SEMSU	-
Célia Regina Carneiro Mesquita	Chefe da Seção de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLA	-
William Motta de Oliveira	Técnico Judiciário – lotado na SEPLA	-
José Wagner Sales Ferreira	Coordenador de Sistemas Eleitorais – COSIS	-
Sherlan Buhatem Anunciação	Coordenador de Licitações, Aquisições e Contratos – COLAC	-
Egídio de Carvalho Ribeiro Júnior	Coordenador de Infraestrutura e Sistemas – COINF	-
Jaqueline Milhomen da Cunha	Coordenadora de Gestão e Informação – COGIN	-
Mateus Marinho Alencar	Servidor lotado na SELIC	-

Fabiana Silva Batista Pelúcio	Coordenador de Educação e Desenvolvimento (COEDE)	-
Flávio Menezes de Miranda	Chefe da Seção de Planejamento e Programação de Orçamentária – SEPOR	-
Rogério Penha Freire	Chefe do Núcleo de Ensino à Distância – NEAD	-
Gualter Gonçalves Lopes Júnior	Secretário de Tecnologia da Informação – STIC	-
Alysson Cristiano Máximo Diniz	Chefe da Seção de Segurança Institucional e Inteligência – SESEI	-
Willdickson Silva Reinaldo	Chefe da Seção de Controle dos Juízos Eleitorais – SECOJ	-
Leana Batista Neves	Coordenadora de Orçamento e Finanças – COFIN	-
Ingrid Janaina Castro Viegas	Chefe da Seção de Execução Orçamentária – SEORC	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

CERTIDÃO

Eu, Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, CPF 054.637.343-72, Presidente do TRE-MA, na qualidade de coordenador da reunião do Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau com o Conselho Gestor, realizada em 25/03/2021, certifico e dou fé do inteiro teor de sua ata constante do documento SEI TRE-MA n.º 1466014, para os fins previstos no regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2021.

São Luís - MA, datado e assinado eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **José Joaquim Figueiredo dos Anjos, Presidente**, em 17/08/2021, às 15:23, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1466013** e o código CRC **DD999A20**.

0006543-84.2021.6.27.8000 | 1466013v4